

**A CIDADE DO PRESENTE EM PORTUGAL
NA ÓPTICA DA POPULAÇÃO**

Maria Luís Rocha Pinto

Universidade de Aveiro - DCSPT

UI – GOVCOPP

Abordar as cidades portuguesas do presente na óptica da população, não se revela tarefa fácil, principalmente porque gostaríamos que essa abordagem não constituísse um elencar de cidades segundo a sua dimensão e tentando atingir a partir daí os níveis de urbanização em Portugal.

É óbvio, como os trabalhos a este congresso demonstram, que existe bastante investigação monográfica, com níveis de aprofundamento muito interessantes e visando quer a evolução histórica de muitas cidades, quer os seus aspectos sociodemográficos ou socio-urbanísticos. Também os conceitos teóricos que subjazem à noção de cidade e os ensaios sobre a realidade vivida nas cidades contemporâneas estão presentes neste congresso, assim como em muitos outros trabalhos de investigação.

Aqui e porque necessitava de uma baliza cronológica, tentarei perspectivar a evolução das cidades portuguesas a partir de 1930, num marco que apenas significa que estipulámos que a abordagem da Cidade Industrial terminaria nesta data.

Não abordarei aqui a complexidade do conceito de cidade ou mesmo a de centro urbano ou nível de urbanização. Não só estes conceitos variam de país para país, como também em Portugal estes conceitos têm evoluído ao longo do século XX e mesmo já no presente século. A designação estrita de cidade tem em Portugal carácter administrativo e dependeu sempre do poder central, no entanto, a população urbana foi sendo contabilizada pelo Instituto Nacional de Estatística de forma diferente ao longo deste período. Em 1930 eram considerados núcleos urbanos todos os aglomerados considerados cidades e ainda as vilas que eram sedes de município, para de 1940 a 1960 serem considerados centros urbanos as aglomerações de 2000 ou mais indivíduos e a partir desta última data os residentes nas capitais de distrito e ainda nos aglomerados com 10 000 ou mais residentes. A partir de 1996 inicia-se um trabalho de tipo diferente pelo Instituto Nacional de Estatística e depois envolvendo a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, criando uma Tipologia das Áreas Urbanas. Mais tarde surge a noção de Cidade Estatística que nasce já neste século, através da qual as cidades portuguesas passam a ter definidos, para o seu tratamento populacional e urbanístico e incluindo algumas variáveis demográficas, a consideração de um perímetro urbano, devidamente georreferenciado.

É assim fácil perceber, embora não se tenha entrado pelos meandros dos diferentes conceitos em presença, que este período se torna particularmente difícil de abordar numa perspectiva de continuidade.

Sob o ponto de vista administrativo, Portugal tem neste momento 159 aglomerados urbanos considerados cidades. Em 1930 as cidades portuguesas eram apenas 40 e algumas datavam do início da nacionalidade e algumas outras tinham, como ainda hoje têm, menos

de 5 000 habitantes (é o caso de Miranda do Douro e Pinhel). De 1930 a 1970, ou seja ao longo dos 40 anos seguintes nenhuma aglomeração viu o seu estatuto modificado, ou seja, em 1970 Portugal continuava a ter 40 cidades. Na década de 70 ganham o estatuto de cidade 5 aglomerados, 3 em 1973 e 2 já depois de Abril de 1974: Amadora e Torres Vedras em 1979. Assim, em 1980, Portugal tem 45 cidades, para em 1990 serem já 81. A década de 90 é aquela que vê surgir mais cidades (45), para na primeira década do nosso século terem adquirido esse estatuto 29 aglomerados, totalizando, em 2010, 156 cidades. Já na presente década ganharam o estatuto de cidade 3 aglomerados urbanos.

Embora a partir de 1982 (Lei nº 11/82 de 2 de Junho), tenham sido estabelecidos os critérios necessários para a aquisição do estatuto de cidade, que para além de um mínimo de 8000 eleitores, em aglomerado contínuo, deverá possuir pelo menos metade dos equipamentos colectivos enunciados em 10 tipologias, que vão da existência de farmácia, a equipamentos de ensino e saúde, passando por equipamentos de cultura e lazer. Estes critérios estabelecidos no artigo 13.º da referida Lei, que permitem quer à Assembleia da República, quer aos parlamentos das Regiões Autónomas, elevar uma povoação a cidade, são, no entanto, contrariados no artigo 14.º que abre portas para que este estatuto seja concedido sem que aqueles critérios sejam cumpridos, dado que “Importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica poderão justificar uma ponderação diferente dos requisitos enumerados ...” Foram assim criadas inúmeras cidades, que não cumprem os requisitos enunciados. Bastará referir que a última cidade criada, já em 2012, Lagoa, na ilha de S. Miguel, que terá pouco mais de 9.000 habitantes, não cumprindo logo o primeiro requisito dos 8.000 eleitores.

Por este apanhado pode-se ver que dificilmente se percepção a evolução urbana de Portugal através da designação de cidade, sem, no entanto pôr em dúvida que todas elas se inserem de algum modo na noção de urbe ou cidade.

No entanto, se quisermos analisar os níveis de urbanização do país, teremos que encarar outras aproximações. Apesar de qualquer critério ser susceptível de crítica tomaremos numa primeira aproximação o critério dos aglomerados com mais de 5000 habitantes. Neste caso, e tomando o trabalho realizado na *História da População Portuguesa*, poderemos dizer que a percentagem de população urbana em relação à população total era em 1930 de 20,8%, para em 1970 ter passado a 30,1% e em 2001, última data para que possuímos este tipo de informação, para 45,4%. Apesar de aquele limiar ser muito baixo, o que é facto é que Portugal revela uma baixa taxa de urbanização, segundo este critério. Se tomarmos como limiar as cidades com pelo menos 20.000 habitantes então a percentagem passará em 2001 para 28,1%. Com esta tipologia de análise podemos encontrar várias investigações, que, contudo e devido à falta de dados complementares, não nos permitem qualquer análise de

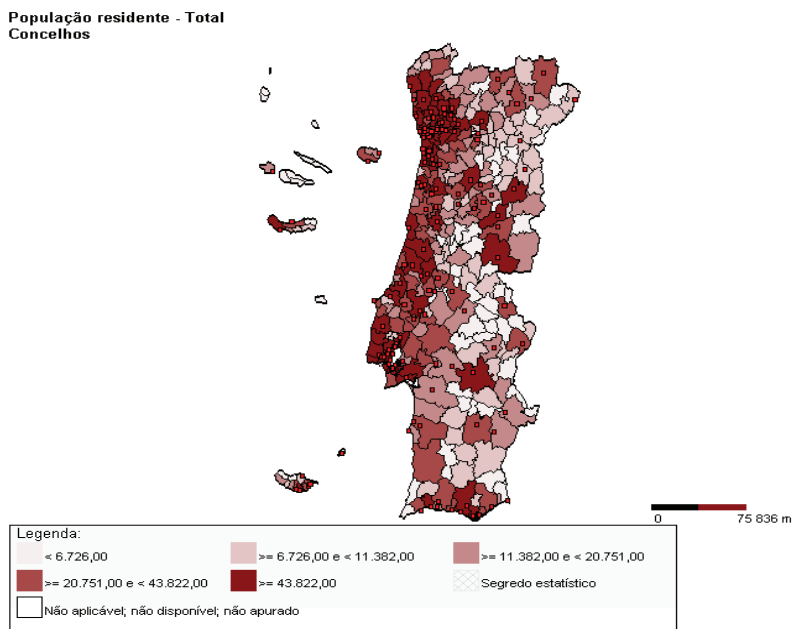
tipo demográfico. Ou seja, não temos informação que nos permita, por um lado analisar a sua estrutura por idade ou sexo, os níveis de mortalidade, fecundidade ou migrações e por outro compará-los com o que se passa nos territórios que não sejam considerados urbanos, qualquer que seja o nível em que situe esta designação.

Apesar de a partir de 2004 se ter começado a trabalhar o que hoje se designa como cidade estatística, resultado de um laborioso trabalho de definição estatística e georreferenciação dos perímetros urbanos das cidades, vale a pena dizer que considerando as cidades de mais de 10.000 habitantes existentes em 2010, mas reportando à população do Censo de 2001, então a população a viver nos perímetros urbanos das cidades corresponde a pouco mais de 36% da população do país. Se tomarmos apenas os aglomerados de mais de 10.000 habitantes em 2001 e sem a precisão que a cidade estatística trouxe ao conceito, a percentagem de população apenas diferia em algumas décimas menos e correspondia a menos de 4 milhões de habitantes. Com carácter ainda de cálculo provisório, o INE, em Abril de 2013, considerando os dados do Censo de 2011, estima que as cidades estatísticas concentrem 44,1% da população de Portugal.

Será, no entanto, necessário referir que todos aqueles valores escondem uma dominância de Lisboa e Porto e das respectivas Áreas Metropolitanas, para além de uma enorme litoralização do espaço urbano. O interior do país é escassamente urbanizado existindo mesmo uma região, Pinhal Interior Sul, com 5 municípios, que não têm nenhuma cidade, ou Pinhal Interior Norte (5 municípios) e Beira Interior Sul (4 municípios) que apenas têm uma cidade, Oliveira do Hospital no primeiro caso e Castelo Branco no segundo.

Apesar dos esforços levados a cabo pelo INE com a produção do CD “A Cidade em Números” e do *Atlas das Cidades Portuguesas* ambos de 2004 e com informação reportada a 2001 e 2002, o que é facto é que para quem trabalha dados demográficos os resultados são muito pobres e não permitem analisar qualquer evolução das características das populações que habitam as cidades. De facto, estas duas produções do Instituto Nacional de Estatística contêm informação sobre variáveis estritamente demográficas e sociodemográficas para 2001 e 2002, mas quase sempre reportadas aos municípios em que as cidades se inserem e portanto sem permitir uma análise dos comportamentos demográficos destas. Para as 141 cidades existentes em 2001, é possível cartografá-la, mas de uma forma que também na óptica do demógrafo não permite um tratamento consequente, dado que a informação estatístico-demográfica se encontra a nível de município (Mapa 1).

MAPA 1



Fonte: INE

Existe ainda uma outra fonte de informação que conjuga dados sobre os espaços urbanos e dados demográficos. Referimo-nos à Tipologia de Áreas Urbanas. Esta tipologia permite segundo o INE “classificar de forma exaustiva, as freguesias do território nacional nas categorias área predominantemente urbana (APU); área mediamente urbana (AMU) e área predominantemente rural (APR).” Esta tipologia cuja primeira versão datava de 1998, data agora de 2009, e produz resultados desde 2001. Julgamos que deverá ser aplicada ao novo censo de 2011, embora até Julho de 2013 esta informação ainda não esteja disponível, permitindo depois tratamentos mais aprofundados. Esta tipologia tem como objectivo fundamental o ordenamento do território e serve, com se serviu, dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

Com base nesta tipologia de 2001 a 2010 (último ano para que existem dados) tem sido produzida informação demográfica respeitante aos nascimentos e óbitos, assim como aos casamentos. Ou seja produz informação que deriva directamente das estatísticas de estado civil. Lamentavelmente, não nos fornece informação, nem com base em estimativas, sobre o total da população das diferentes tipologias das freguesias, ou das partes em que essa freguesia se divide, de forma a permitir calcular as várias taxas. Para se perceber o que tento

expressar o exemplo de Águeda, cuja cidade tem uma única freguesia, mas dividida em APU, AMU e APR, não é possível obter os dados de base para cada uma destas tipologias. O mesmo acontece para todo o país e embora os totais apurados para as diferentes variáveis corresponda ao todo nacional, não é possível um tratamento demográfico.

Com os dados que nos são facultados através desta tipologia do território, nas “bases de dados” do INE, que reportam à informação recolhida das estatísticas do estado civil, tentaremos, de forma muito pouco demográfica, dar uma imagem do que distingue e aproxima as áreas urbanas das áreas rurais, para os anos que vão de 2001 a 2010. Os dados de base têm todos como fonte o INE e os cálculos são da minha responsabilidade, excepto quando os transcrevo directamente daquela fonte.

Começaremos pelos nascimentos que nos são facultados, quer para o total de cada tipologia do território, quer se estes ocorram dentro ou fora do casamento e neste último caso se os pais coabitam ou não. Como podemos ver pelo Quadro 1 a maioria das crianças nasce em meio urbano, sendo que em 2010 este valor ultrapassa $\frac{3}{4}$ dos nascimentos, sendo este referenciado ao local de residência da mãe. Desde 2001 que este valor tem aumentado, e simultaneamente diminuído, quer nas áreas mediantemente urbanas, quer nas predominantemente rurais. Dado o envelhecimento conhecido das áreas rurais e interiores do país, esta progressão surge como natural, embora o seu volume nos pareça um pouco elevado, o que nos levanta algumas dúvidas relativamente aos critérios com que são consideradas as áreas urbanas, tanto mais que, mesmo as mediantemente urbanas vêem a percentagem de nascimentos a diminuir.

Quadro 1

Nados-vivos por tipologia			
	Área predominantemente urbana	Área mediantemente urbana	Área predominantemente rural
	APU	AMU	APR
	%	%	%
2001	72,5	17,0	10,6
2002	72,7	16,7	10,6
2003	73,1	16,6	10,3
2004	73,3	16,3	10,4
2005	73,7	16,2	10,1
2006	74,1	16,0	9,8
2007	74,4	15,9	9,7
2008	74,8	15,7	9,5
2009	75,5	15,3	9,3
2010	75,7	15,3	9,0

Numa perspectiva mais social analisámos também os nados-vivos fora do casamento, quer para total de nados-vivos do país quer para o total em cada uma das tipologias do território. Como se pode observar pelo Quadro 2, este é um fenómeno em ascensão em todo o território nacional, sendo que o fenómeno assume um crescimento mais significativo nas áreas mediantemente urbanas. A pergunta que me coloquei, foi de se este fenómeno surgiria da mesma forma se distinguíssemos, dentro dos nascimentos fora do casamento, os que correspondem a nascimentos com coabitação dos pais ou sem coabitação.

Quadro 2

Nados-vivos fora do casamento por tipologia do território				
	APU	AMU	APR	TOTAL
	Fora do casamento	Fora do casamento	Fora do casamento	Fora do casamento
	%	%	%	%
2001	26,6	14,5	19,5	23,8
2002	28,1	16,4	21,5	25,5
2003	29,6	17,9	21,8	26,9
2004	31,8	19,7	24,5	29,1
2005	33,4	21,5	25,9	30,7
2006	34,2	21,9	27,6	31,6
2007	36,4	23,5	28,4	33,6
2008	39,1	25,8	30,3	36,2
2009	40,9	27,3	33,2	38,1
2010	44,0	30,5	37,0	41,3

Embora a evolução dos nascimentos, para qualquer das tipologias do território, informe que o número de crianças que nascem fora do casamento sem coabitação dos pais está a aumentar, de facto esses valores são relativamente baixos, o que pode ser traduzido de forma diferente, pelo Quadro 3, em que somámos os nascimentos no interior do casamento com os nascimentos fora do casamento, mas com coabitação dos pais.

Quadro 3

Nascimentos no casamento ou com coabitação dos pais			
	APU	AMU	APR
	%	%	%
2001	93,3	96,2	95,5
2002	94,4	96,5	96,0
2003	94,2	96,1	95,7
2004	93,6	95,8	95,4
2005	93,5	95,6	95,3
2006	93,2	95,3	94,5
2007	92,9	95,5	93,9
2008	92,4	94,9	94,6
2009	91,3	94,8	94,2
2010	89,8	93,9	93,2

No fundo o que este quadro nos mostra é uma grande homogeneidade de comportamentos entre as várias tipologias do território. Nos 10 anos aqui representados é óbvio que existe uma tendência que aponta para mais famílias monoparentais, principalmente nos meios predominantemente urbanos, sem que o possamos provar com estes dados, mas ainda em níveis baixos. E isto porque no total de nascimentos fora do casamento a maioria nasce no seio de uma relação assumida. Ou seja, a análise isolada dos nascimentos fora do casamento, como tradicionalmente era feita, induziria uma percepção muito grosseira da realidade ao nível do país.

A análise dos óbitos por grandes grupos de idades, para cada uma das tipologias do território, revelou-se completamente desinteressante sob o ponto de vista dos indicadores passíveis de ser calculados. As diferentes percentagens que se podem calcular mais não revelam do que a estrutura populacional que lhe está subjacente, mas que não podemos controlar por falta de totais da população.

Deste modo apresentamos apenas os valores para 2001 e 2010, para que se possa observar que, de facto, mais não podemos inferir relativamente à percentagem de óbitos em cada grande grupo de idades, senão que, por exemplo, nas APU a diminuição dos óbitos de jovens dos 0 aos 14 anos poderá e deverá corresponder em grande parte à diminuição dos efectivos deste grupo etário em todo o território e que o aumento dos óbitos no grupo de idades dos maiores de 65 anos traduzirá o do aumento substantivo deste grupo populacional. Outros factores existirão, mas não são passíveis de qualquer análise sem que possamos calcular outros indicadores.

Quadro 4

Percentagem de óbitos nos diferentes grupos de idades face ao total de óbitos em cada tipologia do território												
	0 - 14 anos			15 - 24 anos			25 - 64 anos			65 e mais anos		
	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
2001	1,04	1,03	0,53	1,04	1,15	0,88	21,23	16,90	13,62	76,69	80,92	84,97
2010	0,55	0,31	0,20	0,44	0,47	0,35	18,44	15,15	11,52	80,53	84,06	87,92

Quanto à mortalidade apenas dispomos de mais uma informação que respeita à mortalidade infantil, calculada por quinquénios. Como seria de esperar qualquer das tipologias do território apresenta uma mortalidade infantil bastante baixa. Será apenas de ressaltar que nas áreas predominantemente urbanas a mortalidade infantil teve um decréscimo ligeiramente menos acentuado do que nas restantes tipologias, tendo partido de uma posição ligeiramente mais favorável no primeiro quinquénio reportado.

Quadro 5

Local de residência (Área urbana)		Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) por Local de residência (Área urbana); Anual					
		Período de referência dos dados					
		2006 - 2010	2005 - 2009	2004 - 2008	2003 - 2007	2002 - 2006	2001 - 2005
		‰	‰	‰	‰	‰	‰
Área predominantemente urbana	APU	3,3	3,4	3,5	3,6	4	4,3
Área mediamente urbana	AMU	3,1	3,4	3,3	3,6	3,9	4,3
Área predominantemente rural	APR	3,1	3,3	3,7	4	4,1	4,4

Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) por Local de residência (Área urbana); Anual - INE, Óbitos por Causas de Morte

Jogando ainda e apenas com os dados dos nascimentos e dos óbitos as bases de dados apresentam-nos os saldos naturais segundo a tipologia do território.

Quadro 6

Local de residência (Área urbana)		Saldo natural (N.º) por Local de residência (Área urbana); Anual									
		Período de referência dos dados									
		2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Área predominantemente urbana	APU	11297	10537	14788	12658	15501	15718	18424	17291	19515	18853
Área mediamente urbana	AMU	-3489	-3520	-2656	-2238	-1242	-1871	-863	-1246	-146	-18
Área predominantemente rural	APR	-12366	-11937	-11810	-11410	-10786	-11913	-10270	-12327	-11216	-11057
Portugal*	PT	-4573	-4943	314	-1020	3459	1935	7286	3720	8125	7682

Saldo natural (N.º) por Local de residência (Área urbana); Anual - INE, Indicadores Demográficos

*Saldo natural (N.º) por Local de residência; Anual - INE, Indicadores Demográficos

Embora com valores pouco elevados é particularmente relevante o facto de os saldos naturais das áreas predominantemente urbanas ser ao longo da década sempre positivo, embora com alguma perda de expressão em anos mais recentes. Embora sem grande dimensão, mas crescendo sempre, estão os saldos negativos das áreas mediamente urbanas, para se tornarem muito mais expressivos no caso das áreas predominantemente rurais. Ou seja, os saldos naturais de Portugal são fundamentalmente influenciados pelos saldos negativos das áreas mediamente urbanas e principalmente das rurais, o que diz bem

do maior dinamismo demográfico das zonas urbanas, o que não será surpresa dado que como observámos no início desta análise ¾ dos nascimentos ocorriam em 2010 em áreas predominantemente urbanas.

Dos indicadores apresentados nestas bases de dados gostaria de apresentar um último quadro que corresponde à percentagem de casamentos católicos no total de casamentos, olhando apenas os valores de 2001 e 2010.

Quadro 7

Local de residência futura dos cônjuges (Área urbana)		Proporção de casamentos católicos (%) por Local de residência futura dos cônjuges (Área urbana); Anual	
		Período de referência dos dados	
		2010	2001
		%	%
Área predominantemente urbana	APU	40,1	61,0
Área mediantemente urbana	AMU	53,2	70,4
Área predominantemente rural	APR	47,3	63,0

Proporção de casamentos católicos (%) por Local de residência futura dos cônjuges (Área urbana); Anual - INE, Casamentos

Em primeiro lugar, torna-se interessante observar que, qualquer que seja a tipologia da área considerada, os casamentos católicos sofreram, nesta década, uma quebra muito significativa. Em segundo lugar, verificar que quer em 2001, quer em 2010 são as áreas mediantemente urbanas que apresentam as percentagens mais elevadas. No entanto, o que considero mais significativo sob o ponto de vista social é o facto de o movimento ser no mesmo sentido, ou seja, o da quebra generalizada dos casamentos católicos, revelando comportamentos cada vez mais homogéneos no todo nacional.

Para finalizar, gostaria apenas de fazer ressaltar que a única conclusão possível será a de que as áreas predominantemente urbanas revelam um maior dinamismo sob o ponto de vista demográfico e ainda que, sob o ponto de vista dos comportamentos, o que os valores apresentados nos revelam é uma cada vez maior homogeneidade de comportamentos em todo o território.

Sinto que com este texto defraudei as vossas e as minhas expectativas, pois não fui capaz, como me tinha proposto, de vos trazer uma análise demográfica das cidades portuguesas. Lamento o facto e espero ter retirado dos dados que utilizei o que de mais interessante havia a retirar, sem no entanto mesmo aí ter a certeza de o ter feito.

Bibliografia

Baptista, Luís, (1994). Dominação demográfica no contexto do século XX português, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº15, Lisboa, 1994, p.54.

Ferrão, João, Marques, Teresa Sá (2003). *Sistema Urbano Nacional. Síntese*. Lisboa: DGOTDU/Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

INE, (2004) *Atlas das Cidades de Portugal*, INE, Lisboa.

Nunes, Ana Bela, (1989). *A rede urbana portuguesa e o moderno crescimento económico*, Provas complementares de Doutoramento, ISEG, Lisboa.

Pinto, Maria Luís Rocha; Rodrigues, Teresa, (1996) “Urbanização”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, direcção de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, pp.997-999.

Rodrigues, Teresa (coord.) (2009). *História da População Portuguesa*, CEPSE/Ed. Afrontamento, Lisboa.

Rodrigues, Teresa; Pinto, Maria Luís Rocha, (1997) “A evolução urbana em Portugal no último século (1890-1991)”, *População e Sociedade*, Nº 3, CEPFAM, Porto, pp.7-22.

Teixeira, Manuel C. (1993). A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes., *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º), pp.371-390.

Vieira, António Lopes, (1978). Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural, *Revista de História Económica e Social*, nº1, Sá da Costa Ed., Lisboa, pp.105-128.

Fontes

INE, Bases de Dados: Territoriais (Ordenamento do Território) e População.

CD – (2004) As Cidades em Números, INE, Lisboa.

